

GDPar SR
Participações em
Projetos Solares S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita

Veja as Notas 6.b e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração.

Parte das receitas de vendas de energia tomam por base estimativas dos valores de energia fornecida aos clientes, ainda não faturadas na data do balanço, em virtude do intervalo de tempo entre a data da última leitura para mediação e a data do encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, o valor estimado de venda de energia já fornecida a clientes e ainda não faturada, reconhecido contabilmente é de R\$ 2.126 mil na controladora e R\$ 2.126 mil no consolidado. Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolve estimar os volumes de energia consumida pelos clientes.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;

- Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e verificação dos comprovantes de liquidação financeira;

- Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária e análise dos comprovantes de aceitação do cliente.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diégo Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora e Consolidado	Controladora	Consolidado	Passivo	Nota	Consolidado e Controladora	Controladora	Consolidado
		2024	2023	2023			2024	2023	2023
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.492	240	8.820	Fornecedores		472	-	109
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	7.687	-	6.350	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	13.498	173.521	173.521
Depósitos vinculados	10	6.681	-	-	Obrigações fiscais		516	-	270
Adiantamentos a fornecedores		112	-	143	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.508
Impostos a recuperar		743	1.369	1.431	Partes relacionadas	11	1.347	9.808	5.590
Outras contas a receber		124	-	77	Outras contas a pagar		269	32	113
					Passivo de arrendamento	14	700	-	728
Total do ativo circulante		16.840	1.609	16.821	Total do passivo circulante		16.802	183.361	181.839
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Depósitos vinculados	10	14.963	-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	173.949	-	-
Investimentos	12	-	191.685	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos		229	-	-
Imobilizado	13	172.738	641	179.790	Passivo de arrendamento	14	13.412	-	13.100
Ativo de direito de uso	14	13.046	-	13.250	Provisão para desmobilização	16	2.447	-	4.348
Ativo intangível		78	26	26	Total do passivo não circulante		190.037	-	17.448
Total do ativo não circulante		200.825	192.352	193.066	Patrimônio líquido				
					Capital social	17	27.070	26.655	26.655
					Reserva legal		-	19	19
					Reserva de retenção de lucros		-	288	288
					Prejuízos acumulados		(16.244)	(16.362)	(16.362)
Total do ativo		217.665	193.961	209.887	Total do patrimônio líquido		10.826	10.600	10.600
					Total do passivo e patrimônio líquido		217.665	193.961	209.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	18	34.913	-	43.181	39.747
Custo das vendas	19	<u>(10.933)</u>	<u>-</u>	<u>(13.688)</u>	<u>(16.477)</u>
Lucro bruto		23.980	-	29.493	23.270
Despesas gerais e administrativas	20	(2.087)	(228)	(2.493)	(2.829)
Outras despesas		<u>(141)</u>	<u>(45)</u>	<u>(194)</u>	<u>(78)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		21.752	(273)	26.806	20.363
Receitas financeiras	21	873	127	1.030	1.501
Despesas financeiras	21	<u>(26.844)</u>	<u>(26.329)</u>	<u>(27.197)</u>	<u>(28.289)</u>
Resultado financeiro líquido		(25.971)	(26.202)	(26.167)	(26.788)
Equivalência patrimonial	12	<u>3.920</u>	<u>15.628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		(299)	(10.847)	639	(6.425)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	-	(938)	(4.422)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22	<u>110</u>	<u>-</u>	<u>110</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(189)</u>	<u>(10.847)</u>	<u>(189)</u>	<u>(6.425)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	<u>(189)</u>	<u>(10.847)</u>	<u>(189)</u>	<u>(6.425)</u>
Resultado abrangente total	<u>(189)</u>	<u>(10.847)</u>	<u>(189)</u>	<u>(6.425)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2023		26.655	19	288	(5.515)	21.447
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.847)	(10.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		26.655	19	288	(16.362)	10.600
Redução de capital	17	(9.108)	-	-	-	(9.108)
Aumento de capital	17	9.523	-	-	-	9.523
Absorção de Prejuízo			(19)	(288)	307	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(189)	(189)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		27.070	-	-	(16.244)	10.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Nota	2024	2023	2024	2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos	(299)	(10.847)	639	(6.425)	
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	12 (3.920)	(15.628)	-	-	
Depreciação do ativo imobilizado	13 6.396	-	7.670	7.676	
Depreciação de direito de uso	14 432	-	515	500	
Depreciação de ativo para desmobilização	13 157	-	169	-	
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	15 365	1.000	365	1.000	
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 24.720	25.326	24.720	25.326	
Juros de arrendamentos	14 1.381	-	1.659	1.620	
Juros sobre provisão para desmobilização	315	-	386	289	
	29.547	(149)	36.123	29.986	
Variações em:					
Adiantamentos a fornecedores	28	-	31	(143)	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(2.670)	-	(1.337)	(3.045)	
Impostos a recuperar	768	(28)	688	(27)	
Outras contas a receber	616	-	(47)	(10)	
Ativos de arrendamento	-	-	-	-	
Fornecedores	(420)	-	363	(1.658)	
Obrigações fiscais	293	(1)	(221)	(63)	
Outras contas a pagar	177	-	156	74	
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	28.339	(178)	35.755	25.114	
Juros pagos de arrendamentos	14 (1.381)	-	(1.659)	(1.620)	
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	15 (8.748)	(4.428)	(8.748)	(4.428)	
Impostos pagos sobre o lucro	(1.398)	-	(1.398)	(4.250)	
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	16.812	(4.606)	23.950	14.816	
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Caixa líquido oriundo da incorporação das controladas	1.1 15.710	-	-	-	
Depósitos vinculados	10 (21.644)	-	(21.644)	-	
Dividendos recebidos	12 -	17.217	-	-	
Aquisição de intangível	(52)	-	(52)	-	
Aquisição de imobilizado	13 (3.008)	-	(3.008)	(6.255)	
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(8.994)	17.217	(24.704)	(6.255)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Aumento de capital	9.523	-	9.523	-	
Redução do capital social	11 (14.058)	-	(14.058)	-	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15 188.151	-	188.151	-	
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	15 (190.562)	(16.000)	(190.562)	(16.000)	
Pagamento de arrendamento	14 (19)	-	(27)	(103)	
Pagamentos a partes relacionadas	11 -	-	-	(5.169)	
Recebimentos de partes relacionadas	399	1.808	399	-	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	(6.566)	(14.192)	(6.574)	(21.272)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.252	(1.581)	(7.328)	(12.711)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	240	1.821	8.820	21.531	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.492	240	1.492	8.820	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.252	(1.581)	(7.328)	(12.711)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (“GDPAR SR” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal a geração distribuída de energia fotovoltaica.

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 1.059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A.

Os projetos da Companhia, no estágio inicial de desenvolvimento, foram adquiridos de desenvolvedores do mercado de geração distribuída de energia solar. Logo após a aquisição foram contratados Epcistas para construção das Usinas Fotovoltaicas (UFVs).

Relação das entidades controladas

	% de Participação	
	2024	2023
Controladas diretas:		
UFVs Origo Energia:		
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
Controladas Diretas	% de Participação	
UFVs Autogeração Solar	2024	2023
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	-	100
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	-	100
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	-	100
Autogeração Solar Alegrete Ltda.	-	100

1.1 Reorganização societária

Em 29 de fevereiro de 2024 foi aprovado em AGE a incorporação das seguintes SPE (sociedades de propósito específicos)’s:

- SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

- SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
- Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.
- Autogeração Solar São Paulo Ltda.
- Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.
- Autogeração Solar Alegrete Ltda.

As sociedades de propósito específico (SPEs) em questão foram constituídas para a operação, manutenção e comercialização de energia elétrica gerada por usinas de geração distribuída de energia solar, enquadradas no sistema de compensação de energia elétrica, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023.

A receita das SPEs é proveniente dos aluguéis dos ativos de geração e dos serviços de operação e manutenção prestados a consórcios, cooperativas e empresas, que utilizam a energia gerada pelas usinas para compensação em suas unidades consumidoras.

Principais justificativas para incorporação (i) Que as empresas envolvidas fazem parte do mesmo grupo econômico; (ii) Possuem as mesmas características, irão se beneficiar e otimizar a ordem estrutural, administrativa, econômica, fiscal e financeira das empresas, e; (iii) Preparação para a emissão de nova dívida, especificamente “Debêntures Simples, A incorporação resultou na extinção das referidas empresas citadas acima e, sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Companhia.

O critério de avaliação do patrimônio líquido das empresas para fins de incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 29 de fevereiro de 2024, conforme Laudos de Avaliações Contábeis emitidos por empresa especializada. O acervo líquido incorporado está assim demonstrado:

	SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	Autogeração Solar São Paulo Ltda.	Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	Autogeração Solar Alegrete Ltda.	Total
Ativo														
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	772	1.048	814	1.115	1.078	1.284	804	738	1.062	3.862	1.295	1.067	771	15.710
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	195	338	192	173	178	196	214	246	210	1.069	661	733	612	5.017
Adiantamentos a fornecedores	-	16	17	-	-	16	2	1	-	34	23	1	30	140
Impostos a recuperar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	69	64	-	-	142
Partes relacionadas	800	-	-	-	258	-	-	-	700	1.600	1.500	-	-	4.858
Outras contas a receber	47	52	52	47	44	52	47	47	45	115	102	48	42	740
	1.815	1.455	1.076	1.336	1.559	1.549	1.068	1.033	2.018	6.749	3.645	1.849	1.455	26.607
Não circulante														
Imobilizado	11.777	11.293	11.935	11.792	11.866	11.149	11.344	11.947	11.505	27.001	26.168	10.275	9.866	177.918
Ativo de direito de uso	980	1.257	1.735	1.716	1.606	1.257	762	724	881	626	644	617	360	13.165
	12.757	12.550	13.670	13.508	13.472	12.406	12.106	12.671	12.386	27.627	26.812	10.892	10.226	191.083
Total do ativo	14.572	14.005	14.746	14.844	15.031	13.955	13.174	13.704	14.404	34.376	30.457	12.741	11.681	217.690
Passivo														
Circulante														
Fornecedores	52	55	56	49	51	64	49	52	53	137	141	51	82	892
Obrigações trabalhistas e tributárias	37	44	19	33	30	44	61	107	83	300	54	19	47	878
Partes relacionadas	29	29	29	29	29	29	29	29	29	70	167	26	424	948
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	30	22	5	2	-	-	59
Passivo de arrendamento	35	41	75	100	47	41	34	74	37	90	114	18	13	719
	153	169	179	211	157	178	173	292	224	602	478	114	566	3.496
Não circulante														
Passivo de arrendamento	1.012	1.236	1.725	1.569	1.589	1.236	750	768	895	615	687	637	381	13.100
Provisão para desmobilização	189	201	192	171	189	201	182	182	165	984	1.332	269	147	4.404
	1.201	1.437	1.917	1.740	1.778	1.437	932	950	1.060	1.599	2.019	906	528	17.504
Total do passivo	1.354	1.606	2.096	1.951	1.935	1.615	1.105	1.242	1.284	2.201	2.497	1.020	1.094	21.000
Acervo líquido incorporado (patrimônio líquido)	13.218	12.399	12.650	12.893	13.096	12.340	12.069	12.462	13.120	32.175	27.960	11.721	10.587	196.690
Movimentações após incorporação	(55)	(66)	(69)	(63)	(54)	(48)	(65)	(67)	(93)	(282)	(132)	(40)	(51)	(1.085)
Acervo líquido incorporado (patrimônio líquido) - ajustado	13.163	12.333	12.581	12.830	13.042	12.292	12.004	12.395	13.027	31.893	27.828	11.681	10.536	195.605

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Diretores em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.
- **Nota explicativa 15** – Provisão para desmobilização – Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde os projetos foram implantados.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendiam suas participações em entidades que eram controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.1.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Receita de contratos com clientes*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas:

(i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A Companhia atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes.

c. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

d. *Imposto de renda e contribuição social*

Controladora – corrente e diferido

A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para determinação destes créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Controladas

O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Usinas Fotovoltaicas	25 anos
Computadores e equipamentos de informática	10 anos
Desmobilização usina solar	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;

- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

- A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

j. Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos) - ARO (Asset Retirement Obligation)

A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é descontada a valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida o passivo.

O reconhecimento das obrigações foram realizadas nos exercícios de 2023 e 2024, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 13 e 16.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

- (i) A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(ii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Bancos conta movimento	1.492	137	3.003
Aplicações financeiras	-	103	5.817
	1.492	240	8.820

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2024 e 2023, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Contas a receber clientes (a)	2.099	-	764
Receitas a faturar (b)	5.588	-	5.586
	7.687	-	6.350

- (a) Contas a receber dos clientes Claro e Órigo Energia;
- (b) Receitas a faturar decorrente da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs Autogeração Solar e as compensações aferidas pelas faturas emitidas contra o cliente Claro S.A., saldo de R\$ 3.462 (R\$ 3.078 em 2023); e receita reconhecida em dezembro de 2024 do cliente Órigo Energia e não faturada dentro do exercício, saldo de R\$ 2.126 (R\$ 2.508 em 2023).

As contas a receber são valores a receber em sua maioria originados das receitas de locações de máquinas e equipamentos (Usinas), sublocações de terras e manutenções.

As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após 31 de dezembro de 2024, bem como a diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das usinas vinculadas ao cliente Claro e as respectivas compensações nas unidades consumidoras dos clientes.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia não apresenta valores vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, portando não registrou nenhuma provisão de créditos de liquidação duvidosa.

10 Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Curto prazo			
Conta reserva de Pagamento (a)	6.681	-	-
Longo prazo			
Conta reserva do serviço da dívida (b)	13.763	-	-
Conta reserva de O&M (c)	1.200	-	-
	21.644	-	-

Refere-se as condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento (ver nota 15), conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta Reserva do Serviço da Dívida – valor correspondente a uma parcela integral da prestação vincenda, incluindo a amortização do valor nominal unitário atualizado e a remuneração das debêntures.
- (b) Conta Pagamento das Debêntures – valor equivalente ao acúmulo mensal de 1/6 (um sexto) da prestação vincenda, garantindo a disponibilidade dos recursos na data de vencimento.
- (c) Conta Reserva de O&M – saldo de R\$ 1.200 (um milhão e duzentos mil reais), atualizado anualmente pelo IPCA, destinado à cobertura das despesas operacionais e de manutenção.

11 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas se referem, em 2024, a compartilhamento de despesas a pagar para a GD - Geração Distribuída Participações S.A (GDSun), controladora (até 2023 continha também reduções de capital social a pagar, também para a controladora, e mútuos passivos com as SPes controladas, mas que foram incorporadas em 2024). As operações não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Passivo			
Circulante			
GD Geração Distrib. Part. S.A.(a) / (i)	1.347	4.950	5.590
UFV MG XXIII Equip. Fotovoltaicos Ltda.(b)	-	700	-
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda. (b)	-	1.600	-
Autogeração Solar São Paulo Ltda. (b)	-	1.500	-
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (b)	-	800	-
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (b)	-	258	-
	1.347	9.808	5.590
Total Circulante			
Partes Relacionadas – Passivo	1.347	9.808	5.590

- (a) Compartilhamento de despesas com pessoal das equipes de O&M, Gestão de Energia e SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente);
- (i) Em 2024 a Companhia pagou para a GDSun, controladora, R\$ 14.058, referente a devolução de capital e composto da seguinte maneira: 1) saldo remanescente de R\$ 4.950 de redução de capital social ocorrida em 2021 e que impactou a movimentação do patrimônio líquido da Companhia naquele exercício; e 2) valor de R\$ 9.108 também referente a redução de capital da Companhia em 2024 e que é demonstrado na movimentação do patrimônio líquido deste exercício, conforme nota explicativa n. 17.
- (b) Operações de mútuo com as SPEs incorporadas, liquidados no âmbito do processo de incorporação.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração da Administração é de responsabilidade da sua controladora GD Geração Distribuída Participações S.A.

12 Investimentos

a. Composição do saldo

Investidas	% Participação			
	2024	2023	2024	2023
UFVs Origo Energia	-	100	-	111.733
UFVs Autogeração Solar	-	100	-	79.952
Saldo de investimentos			-	191.685

Movimentação de 2024

Investidas	2023	Equivalência Patrimonial	Incorporação	2024
Autogeração Solar				
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	30.505	1.388	(31.893)	-
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.615	213	(27.828)	-
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.511	170	(11.681)	-
Autogeração Solar Alegrete Ltda	10.321	215	(10.536)	-
Total Autogeração Solar	79.952	1.986	(81.938)	-
UFVs Origo Energia				
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.872	155	(13.027)	-
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.659	171	(12.830)	-
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.767	237	(12.004)	-
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.132	263	(12.395)	-
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.869	173	(13.042)	-
UFVSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.946	217	(13.163)	-
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.000	333	(12.333)	-
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.409	172	(12.581)	-
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.079	213	(12.292)	-
Total UFVs Origo Energia	111.733	1.934	(113.667)	-
Total em Investidas	191.685	3.920	(195.605)	-

b. Movimentação de 2023

Investidas	2022	Dividendos	Equivalência Patrimonial	2023
Autogeração Solar				
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	30.778	(3.373)	3.100	30.505
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.868	(2.301)	2.048	27.615
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.616	(967)	862	11.511
Autogeração Solar Alegrete Ltda	11.144	(1.370)	547	10.321
Total Autogeração Solar	81.406	(8.011)	6.557	79.952
UFVs Origo Energia				
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	13.035	(1.344)	1.181	12.872
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.780	(800)	679	12.659
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.652	(846)	961	11.767
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.108	(951)	975	12.132
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.561	(579)	887	12.869
UFVSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.799	(1.034)	1.181	12.946
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.149	(1.353)	1.204	12.000
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.594	(1.159)	974	12.409
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.189	(1.140)	1030	12.079

Total UFVs Origo Energia	<u>111.867</u>	<u>(9.206)</u>	<u>9.072</u>	<u>111.733</u>
Total em Investidas	<u>193.273</u>	<u>(17.217)</u>	<u>15.628</u>	<u>191.685</u>

c. Informações sobre as controladas:

Controladas	Participação 2023 - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência patrimonial
Autogeração Solar							
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	100%	32.568	29.467	30.505	3.101	30.505	3.101
Autogeração Solar São Paulo Ltda	100%	29.951	27.904	27.615	2.047	27.615	2.047
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	100%	12.529	11.667	11.511	862	11.511	862
Autogeração Solar Alegrete Ltda	100%	11.356	10.809	10.321	547	10.321	547
UFVs Origo Energia							
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.209	13.029	12.872	1.181	12.872	1.181
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.631	13.951	12.659	680	12.659	680
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	12.894	11.932	11.767	961	11.767	961
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.394	12.420	12.132	974	12.132	974
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.820	13.933	12.869	887	12.869	887
UFVSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.310	13.129	12.946	1.181	12.946	1.181
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.615	12.410	12.000	1.204	12.000	1.204
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.514	13.540	12.409	974	12.409	974
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.679	12.650	12.079	1.029	12.079	1.029
Total		<u>212.470</u>	<u>196.840</u>	<u>191.685</u>	<u>15.629</u>	<u>191.685</u>	<u>15.629</u>

13 Imobilizado

(i) Conciliação do valor contábil

					Controladora e Consolidado		
					2024		
	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido		
Adiantamento a fornecedor	-	-	3.356	-	3.356		
Computadores e equipamentos de informática	10	10	25	(7)	18		
Montagem e instalações	-	-	641	-	641		
Imobilizado em andamento	-	-	89	-	89		
Total do imobilizado e imobilizado em andamento			<u>4.111</u>	<u>(7)</u>	<u>4.104</u>		
Ativos objetos de arrendamentos:							
Usinas Fotovoltaicas – Origo	4	25	80.940	(13.738)	67.202		
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	114.113	(14.161)	99.952		
Total de ativos para arrendamento operacional			<u>195.053</u>	<u>(27.899)</u>	<u>167.154</u>		
Ativo de desmobilização							
Ativo de desmobilização	3,33	30	1.770	(290)	1.480		
Total			<u>200.934</u>	<u>(28.196)</u>	<u>172.738</u>		

(a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica.

(ii) Conciliação do valor contábil

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Consolidado		
			2023		
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Adiantamento a fornecedor (a)	-	-	4.351	-	4.351
Computadores e equipamentos de informática	10	10	25	(2)	23
Montagem e instalações	-	-	641	-	641
Total do imobilizado e imobilizado em andamento			5.017	(2)	5.015
Ativos objetos de arrendamentos:					
Usinas Fotovoltaicas – Órigo	4	25	69.780	(8.412)	61.368
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	121.285	(11.817)	109.468
Total de ativos para arrendamento operacional			191.065	(20.229)	170.836
Ativo de desmobilização					
Ativo de desmobilização	3,33	30	4.059	(120)	3.939
Total			200.141	(20.351)	179.790

(a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica.

(iii) Movimentação de 2024

	Taxa de depreciação % aa	Controladora e Consolidado					Saldo Final
		2023		2024			
		Saldo inicial	Imobilizado incorporado	Adições	Baixas	Transferência	
Custo							
Adiantamento a fornecedor	-	-	4.347	927	-	(1.918)	3.356
Imobilizado em andamento	-	641	-	2.081	-	(1.992)	730
Computadores e equipamentos de informática	10	-	25	-	-	-	25
Total de outros ativos		641	4.372	3.008	-	(3.910)	4.111
Imobilizado para arrendamento operacional:							
Usina Fotovoltaica – OLB e BJJ	4	-	30.890	-	-	196	31.086
Usina Fotovoltaica – Canas e Pres. Alves	4	-	28.158	-	-	422	28.580
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	-	10.781	-	-	11	10.792
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	-	12.248	-	-	364	12.612
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	-	12.344	-	-	615	12.959
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	-	12.644	-	-	813	13.457
Usina Fotovoltaica Iraí 1	4	-	12.170	-	-	335	12.505
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	-	11.977	-	-	370	12.347
Usina Fotovoltaica Frutal	4	-	12.477	-	-	181	12.658
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	-	12.064	-	-	22	12.086
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	-	12.396	-	-	251	12.647
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	-	12.514	-	-	330	12.844
Usina Fotovoltaica Autogeração Alegrete	4	-	10.480	-	-	-	10.480
Total de ativos para arrendamento operacional		-	191.143	-	-	3.910	195.053
Ativo de desmobilização							
Ativo de desmobilização (a)	3,5	-	4.059	(2.289)	-	-	1.770
Depreciação							
Usinas Fotovoltaicas	4	-	(21.503)	(6.396)	-	-	(27.899)
Computadores e equipamentos de informática	10	-	(3)	(4)	-	-	(7)
Desmobilização usina solar	3,5	-	(150)	(140)	-	-	(290)
			(21.656)	(6.540)	-	-	(28.196)
Total do ativo imobilizado		-	641	177.918	(5.821)	-	172.738

(a) Em 2024 foi remensurada a provisão no montante de R\$2.289, devido a mudança do critério da taxa de desconto (de DI Futuro para NTNB 2050). o saldo apurado será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 15;

(iv) Movimentação de 2023 - Consolidado

	2022		2023		
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixas (a)	Saldo Final
Custo					
Adiantamento a fornecedor	-	4.821	659	(1.129)	4.351
Imobilizado em andamento	-	641	-	-	641
Computadores e equipamentos de informática	10	-	25	-	25
Total de outros ativos		5.462	684	(1.129)	5.017
Imobilizado para arrendamento operacional:					
Usina Fotovoltaica – OLB e BJJ	4	30.056	816	-	30.872
Usina Fotovoltaica – Canas e Pres. Alves	4	27.549	578	-	28.127
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	10.688	93	-	10.781
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	11.090	1.151	-	12.241
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	12.053	291	-	12.344
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	12.149	486	-	12.635
Usina Fotovoltaica Iraí 1	4	11.770	393	-	12.163
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	11.690	288	-	11.978
Usina Fotovoltaica Frutal	4	12.254	218	-	12.472
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	11.649	415	-	12.064
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	11.978	416	-	12.394
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	12.207	307	-	12.514
Usina Fotovoltaica Autogeração Alegrete	4	10.361	119	-	10.480
Total de ativos para arrendamento operacional		185.494	5.571	-	191.065
Ativo de desmobilização					
Ativo de desmobilização (b)	3,5	3.042	1.017	-	4.059
Depreciação					
Usinas Fotovoltaicas	4	(12.676)	(7.553)	-	(20.229)
Computadores e equipamentos de informática	10	-	(2)	-	(2)
Desmobilização usina solar	3,5	-	(120)	-	(120)
		(12.676)	(7.675)	-	(20.351)
Total do ativo imobilizado		181.322	403	(1.129)	179.790

(a) Saldos baixados contra fornecedores conforme acordo comercial de ajuste de preço e redução de escopo contratual.

(b) Em 2023 foi remensurada a provisão no montante de R\$1.017. o Saldo apurado será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 15;

14 Arrendamentos

a. Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. A Companhia faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

(i) Ativos de Direito de Uso

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Direito de Uso de Superfície (a)	14.854	14.542
(-) Depreciação Acumulada	(1.808)	(1.292)
Total Direito de Uso	13.046	13.250

Movimentação de 2024 - controladora

	Saldo incorporado em 2024	2024		Saldo Final
Descrição		Adições		
Direito de Uso de Superfície	14.542	312		14.854
(-) Depreciação Acumulada	(1.376)	(432)		(1.808)
Total de Direito de Uso	13.166	(120)		13.046

Excluindo os efeitos das operações de incorporação das SPEs, o total de depreciação dos direitos de usos incorrida no exercício é de R\$ 1.659 e os pagamentos totais somam R\$ 1.686 (sendo os pagamentos compostos por R\$ 27 de principal e R\$ 1.659 de juros).

Movimentação de 2023 - consolidado

	2022	2023		Saldo Final
Descrição		Adições		
Direito de Uso de Superfície	10.285	4.257		14.542
(-) Depreciação Acumulada	(791)	(501)		(1.292)
Total de Direito de Uso	9.494	3.756		13.250

(ii) Passivos de Arrendamento

Movimentação de 2024 - controladora

Descrição	Saldo incorporado em 2024	2024			Saldo Final
		Remensurações	Juros	Pagamentos	
Direito de Uso de Superfície	13.819	312	1.381	(1.400)	14.112
Total de Arrendamentos	13.819	312	1.381	(1.400)	14.112

Excluindo os efeitos das operações de incorporação das SPEs, o total de juros incorridos no exercício sobre os passivos de arrendamentos é de R\$ 1.659 e os pagamentos totais somam R\$ 1.686 (sendo os pagamentos compostos por R\$ 27 de principal e R\$ 1.659 de juros).

Movimentação de 2023 – consolidado

Descrição	2022	2023			Saldo Final
		Remensurações	Juros	Pagamentos	
V Direito de Uso de Superfície	9.674	4.257	1.620	(1.723)	13.828
V Total de arrendamentos	9.674	4.257	1.620	(1.723)	13.828

b. Arrendamentos como arrendador

(i) Arrendamento Operacional

A Companhia arrenda suas Usinas fotovoltaicas para os clientes alinhados com a Resolução nº 482/2012 da ANEEL. A Companhia classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos.

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição:	Instituição	Controladora	Controladora e Consolidado
		2024	2023
Notas promissórias comerciais (a)	Itau bba	-	173.521
Debêntures simples (b)	Oliveira Trust	187.447	-
Total		187.447	173.521
Circulante		13.498	173.521
Não Circulante		173.949	-

- (a) Corresponderem a 20 notas promissórias, sem cláusulas restritivas financeiras (covenants), com valor de R\$ 8.000 cada, emitidas em 22 de outubro de 2021 e com vencimento a partir de 22 de abril de 2022 até 22 abril de 2024. As operações estavam sujeitas a juros de 2,43% ao ano com periodicidade de pagamento semestral, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As notas promissórias possuíam como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da subholding emissora (GDpar SR Participações em Projetos Solares S.A) e das SPEs ligadas (UFVs ORIGO Energia e UFVs Solargrid Pacote I e II ligadas a Gdpar Gdsolar, vide nota explicativa 1.1), conforme cártulas das notas promissórias.

- (b) Em 09 de abril de 2024, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, no montante de R\$ 110.000 na primeira série e R\$ 80.000 na segunda série (“Escritura de Debêntures”), com vencimento em 15/10/2039, podendo vencer antecipadamente somente nas hipóteses de vencimento antecipado estabelecidos na Escritura. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor atualizado será acrescido um spread de 9,3281% ao ano, base 252 dias desde a data de início da rentabilidade a liquidação.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) fiança corporativa prestada pela GD – Geração Distribuída e Participações S.A, sua controladora, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, alienação fiduciária de ações, alienação fiduciária de equipamentos e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência da escritura de debêntures, o Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,20. A administração da Companhia efetua acompanhamento das cláusulas contratuais para que sejam atendidas.

Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, à adimplência financeira e manutenção de garantias.

(i) Movimentações de 2024 no saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Controladora</u>		2024				Saldo Final
	2023		Amortização		Pagamentos	Pagamentos	
Tipo		Captação (a)	Custos de transação	Juros	(principal)	(juros)	
Notas Promissórias	173.521	-	-	7.371	(180.892)	-	-
Debêntures simples	-	188.151	365	17.349	(9.670)	(8.748)	187.447
Total	173.521	188.151	365	24.720	(190.562)	(8.748)	187.447
Circulante	173.521						13.498
Não Circulante	-						173.949

- (a) Saldo líquido referente a R\$ 190.000 do total da emissão das debêntures, reduzido pelos custos de captação no total de R\$ 1.849.

(ii) Movimentações de 2023 no saldo dos empréstimos e financiamentos – controladora e consolidado

Tipo	2022	2023				Saldo Final
		Amortização custos de transação	Juros	Pagamentos (principal)	Pagamentos (juros)	
Notas Promissórias	167.623	1.000	25.326	(16.000)	(4.428)	173.521
Total	167.623	1.000	25.326	(16.000)	(4.428)	173.521
Circulante	18.438					173.521
Não Circulante	149.185					-

(iii) Vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Período	Controladora	Controladora e Consolidado
	2024	2023
2024	-	173.521
2025	13.498	-
2026	10.961	-
2027	11.940	-
2028	12.723	-
2029 e após	138.325	-
Total	187.447	173.521

16 Provisão para desmobilização

A Companhia explora parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisão para desmobilização totaliza R\$ 2.447 (saldo consolidado de R\$ 4.348 em 31 de dezembro de 2023).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 27.070 (R\$ 26.655 em 2023), representado por 242.786.866 ações ordinárias e preferencias, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2024	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	%	R\$
Acionistas				
GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	100	27.070
	<u>242.786.866</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>27.070</u>
31 de dezembro de 2023	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	%	R\$
Acionistas				
GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	100	26.655
	<u>242.786.866</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>26.655</u>

Em 20 de março de 2024 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária “AGE” a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.108, com restituição, em moeda corrente, a sua acionista, com isto o capital social da Companhia passou de R\$ 26.595 para R\$ 17.547. Como as ações não possuem valor nominal, não são canceladas quaisquer ações permanecendo as 242.786.866 ações.

Em 31 de dezembro de 2024 foi deliberado e aprovado por meio de ata de assembleia geral extraordinária “AGE” o aumento do capital social, no montante de R\$9.523, com a incorporação de adiantamentos para futuro aumento de capital ocorridos durante o exercício, passando o capital de R\$17.547 para R\$27.070, permanecendo a mesma quantidade de ações.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Destinação de lucros

Conforme o instrumento particular de escritura da 1ª emissão debêntures simples, a Companhia está impedida de realizar distribuição de lucros, apurados em qualquer período, até a quitação integral da respectiva debênture. Desta forma, o Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 0,00%. Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

18 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	2024	2024	2023
Receita operacional bruta			
Receita de serviços prestados	36.364	45.090	38.960
Receita de serviço prestados (não faturado)	<u>2.126</u>	<u>2.126</u>	<u>2.508</u>
Subtotal Receita operacional bruta	<u>38.490</u>	<u>47.216</u>	<u>41.468</u>
Deduções			
Impostos sobre as vendas	<u>(3.577)</u>	<u>(4.035)</u>	<u>(1.721)</u>
Receita operacional líquida	<u>34.913</u>	<u>43.181</u>	<u>39.747</u>

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	2024	2024	2023
Receita de Serviços Prestados			
Receita de locações	33.822	39.616	36.190
Receita de operação e manutenção	<u>4.668</u>	<u>7.600</u>	<u>5.278</u>
Total receita serviços prestados	<u>38.490</u>	<u>47.216</u>	<u>41.468</u>

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução Normativa Nº 1.059 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A.

19 Custos das vendas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	2024	2024	2023
Depreciação das usinas	(6.396)	(7.670)	(7.554)
Depreciação desmobilização	(157)	(169)	(120)
Depreciação de direito de uso	(432)	(515)	(502)
Manutenção	(465)	(817)	(3.869)
Salários e encargos (a)	(1.957)	(2.316)	(1.954)
Outros custos	(1.128)	(1.317)	(408)
Outros custos -seguros e outros	<u>(398)</u>	<u>(884)</u>	<u>(2.070)</u>
Total	<u>(10.933)</u>	<u>(13.688)</u>	<u>(16.477)</u>

- (a) Refere-se a custos administrativos que são incorridos e pagos por outras empresas ligadas e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços tomados (advocácios, contábil, TI e outros)	(704)	(227)	(755)	(990)
Despesas com pessoal compartilhadas (a)	(860)	-	(1.078)	(1.384)
Outras despesas gerais e administrativas	(523)	(1)	(660)	(455)
	<u>(2.087)</u>	<u>(228)</u>	<u>(2.493)</u>	<u>(2.829)</u>

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas por outras empresas ligadas e posteriormente rateadas para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes.

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	598	127	753	1.482
Variação cambial ativa	274	-	273	-
Outras receitas	1	-	4	19
	<u>873</u>	<u>127</u>	<u>1.030</u>	<u>1.501</u>
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.720)	(25.326)	(24.720)	(25.326)
Juros sobre arrendamentos	(1.381)	-	(1.659)	(1.619)
Juros sobre provisão de desmobilização	(315)	-	(386)	(289)
Amortização dos custos dos empréstimos	(365)	(1.000)	(365)	(1.000)
Despesas bancárias	(4)	(1)	(7)	(17)
Outras despesas	(59)	(2)	(60)	(38)
	<u>(26.844)</u>	<u>(26.329)</u>	<u>(27.197)</u>	<u>(28.289)</u>
Total	<u>(25.971)</u>	<u>(26.202)</u>	<u>(26.167)</u>	<u>(26.788)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real – 2024

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social 2024

	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(299)
alíquota fiscal nominal combinada	34%
	(102)
Imposto de renda e contribuição social	(102)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:	
Adições	
(+ Amortização de direito de uso	147
(+ Juros sobre arrendamento mercantil	470
(+ Amortização provisão de descomissionamento	54
(+ Receita a faturar e contas a receber (SPEs incorporadas) (a)	1.424
(+ Juros com provisão de descomissionamento	107
(+ Depreciação contábil	2.175
Exclusões	
(- Equivalência patrimonial e perdas em controladas	(1.322)
(- IRPJ e CSLL SPEs incorporadas (b)	(115)
(- Arrendamentos pagos	(433)
(- Depreciação Fiscal (10%)	(4.354)
	1.949
Prejuízo fiscal	1.949
Total imposto de renda e contribuição social corrente	-
Taxa Efetiva	0%

(a) Adição de saldo de receitas a faturar e contas a receber não tributados pelo IRPJ e CSLL nas SPEs incorporadas por estarem no lucro presumido-regime de caixa.

(b) Exclusão do saldo de IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas por estarem no regime do lucro presumido regime de caixa.

b. Composição de imposto diferido e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

Os saldos dos passivos diferidos são como segue, conforme sua origem:

Diferenças temporárias	Alíquota nominal	2024
Diferenças temporárias	34%	6.409
Prejuízo fiscal	34%	<u>(5.735)</u>
Total créditos fiscais brutos		<u>674</u>
(=) Tributos diferidos		<u>229</u>
Reversão IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas (i)		<u>(339)</u>
Movimentação do exercício		<u>110</u>

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2024 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

A Companhia elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 5 anos.

- (i) As SPEs apuravam o IRPJ e a CSLL com base no regime de competência, mas efetuavam os recolhimentos pelo regime de caixa, gerando com isso diferenças temporárias. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 339 mil referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar foi transferido para a companhia no processo de incorporação. Esses valores foram subsequentemente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado.

(ii) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro presumido

	Consolidado	
	2024	2023
Receita com prestação de serviços	8.725	41.468
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo após presunção	2.792	13.270
Receita financeira	<u>97</u>	<u>19</u>
Base de Cálculo	<u>2.889</u>	<u>13.289</u>
IRPJ - 15%	433	1.993
Adicional IRPJ - 10%	245	1.233
CSLL - 9%	<u>260</u>	<u>1.196</u>
Total de IRPJ e CSL (i)	<u>938</u>	<u>4.422</u>

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estavam enquadradas no regime de tributação do lucro presumido até a data da incorporação.

- (i) As SPEs apuravam o IRPJ e a CSLL com base no regime de competência, mas efetuavam os recolhimentos pelo regime de caixa. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 339 mil referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar foi transferido para a companhia no processo de incorporação. Esses valores foram subsequentemente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado. Adicionalmente, os saldos das contas de receita a faturar e contas a receber que não haviam sido recebidos até a data da incorporação foram incluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da companhia, seguindo a sistemática do lucro real.

23 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
	Valor contábil	Valor justo (nível 2)	Valor contábil	Valor justo (nível 2)
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	1.492-	-	8.820	-
Contas a receber	7.687	-	6.350	-
Depósitos vinculados	21.644	-	-	-
Total de ativos financeiros	30.823	-	15.170	-
Passivos financeiros conforme balanço patrimonial				
Fornecedores	472	-	109	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	173.521	173.521
Debêntures	187.447	187.447	-	-
Passivo de arrendamento	14.112	-	13.828	-
Partes relacionadas	1.347	-	5.590	-
Total de passivos financeiros	187.447	187.447	193.048	173.521

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis). A Companhia não possui instrumentos financeiros nessa classificação.

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e

- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. A empresa por estar na sua maioria das operações em fase pré-operacional, não apresentou saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, a Companhia adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” foi de R\$ 1.492 (2023 consolidado: R\$ 8.820). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora				
Em 31 de dezembro de 2024	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	471	471	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	187.447	13.498	10.961	162988
Partes relacionadas (Nota 11)	1.347	1.347	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 14)	14.112	700	856	12.556
Total	203.377	16.016	11.817	175.544
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	109	109	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	173.521	173.521	-	-
Partes relacionadas (Nota 10)	5.590	5.590	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 14)	13.828	728	870	12.230
Total	193.048	179.948	870	12.230

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não operou em 2024 e 2023 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2024	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C (10%)	Cenário D (25%)
Ativo						
Aplicações Financeiras	CDI	10,88%	9,79%	8,16%	11,97%	13,60%
Exposição líquida do balanço patrimonial		23.136	25.401	25.024	20.367	19.990
Passivo						
Arrendamentos e Debêntures	IPCA	4,83%	4,35%	3,62%	5,31%	6,04%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>(201.559)</u>	<u>(210.327)</u>	<u>(208.855)</u>	<u>(212.262)</u>	<u>(213.733)</u>

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário C considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

Taxa de fechamento na data

	2024	2023
	4,83%	4,62%

24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não afetaram os fluxos de caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2024	2023	2023
Provisão para desmobilização (nota 16)	(2.289)	-	1.017
Adições- Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (nota 13)	312	-	4.257

25 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.